

O Brasil sob a Égide da República

Prof^a. Caroline Tecchio



Caros alunos

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa *Adobe Reader 11*.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra superior ou inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse pdf, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

Índice



A historical illustration of a military parade. In the foreground, several cannons are being moved by teams of horses. Soldiers in dark uniforms are on horseback, some saluting. The background shows a city with large buildings and hills in the distance. The scene is set in a dusty, open area.

Apresentação

Caros(as) pós-graduandos, esse é o e-book da disciplina “O Brasil sob a Égide da República”. Nesse material, vocês encontrarão um texto aprofundando algumas questões trabalhadas ao longo de nossas três unidades de estudos. Além do texto, estão inseridos quadros explicativos e links relacionados aos conteúdos. O objetivo é que o material amplie as discussões da disciplina e ofereça indicações de outras leituras acerca dos temas em estudo.

Boa leitura a todos(as)!

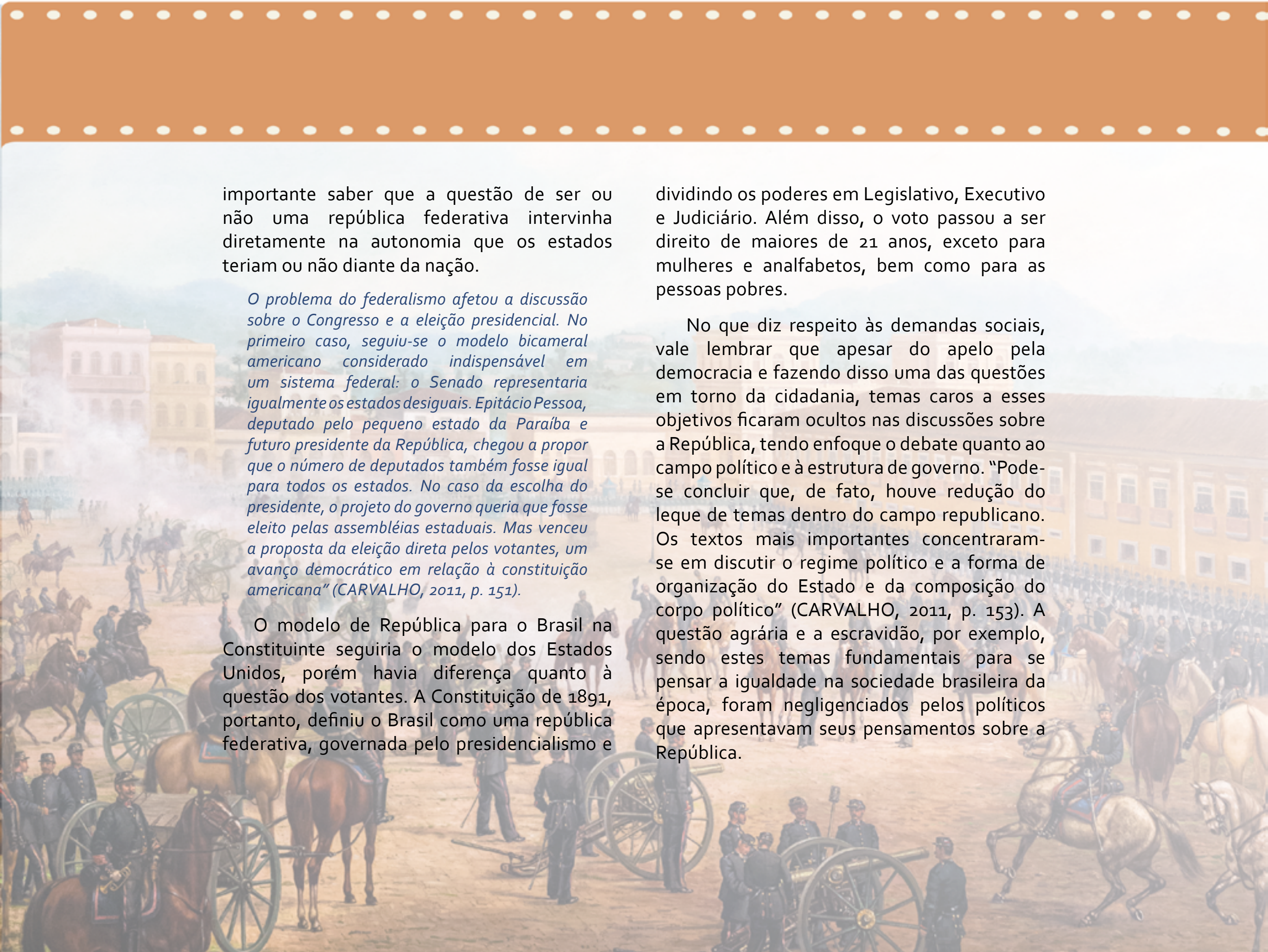
Caroline Tecchio

O Brasil sob a Égide da República

A proposta de instituição da República fez-se pautada na ideia de democracia. Seus principais defensores seguidamente argumentaram que democracia e monarquia seriam naturalmente concepções opostas de governo, e que a possibilidade de instituir um governo democrático estava condicionada ao fim da monarquia e ao início de um governo representativo, eleito “pelo povo”. O que seria então a democracia pretendida com o regime republicano no Brasil? “Era o governo do país por si mesmo, era a soberania popular exercida por sua representação. A monarquia era, por definição, não democrática porque nela o governo pertencia a uma família privilegiada, a um chefe não eleito pela nação” (CARVALHO, 2011, p. 145-146). Assim, o fim da monarquia representava o fim dos privilégios políticos, sendo necessário agora o aval do povo para governar o Brasil.

Defender a República significava lutar pela democracia, afinal, “Na década de 1880, o termo república era já um conceito autônomo e sinônimo de democracia” (MELLO, 2011, p.122). Mello afirma que os ideais republicanos e a teoria positivista chegavam à população não letrada do Rio de Janeiro de diversas formas, dada à especificidade daquela cidade. Assim, a crise do Império passa a ser conhecida pela população. Conforme Carvalho, a República seria a forma de governo condizente para se exercer a soberania popular. “Logo, democracia e república eram uma e a mesma coisa, um país que se autogovernasse, isto é, que elegeisse todos os seus governantes” (CARVALHO, 2011, p. 146).

Para compreender o pensamento que defendia o início da República faz-se necessário esclarecer como se pretendia que essa forma de governo funcionasse. Primeiramente, é



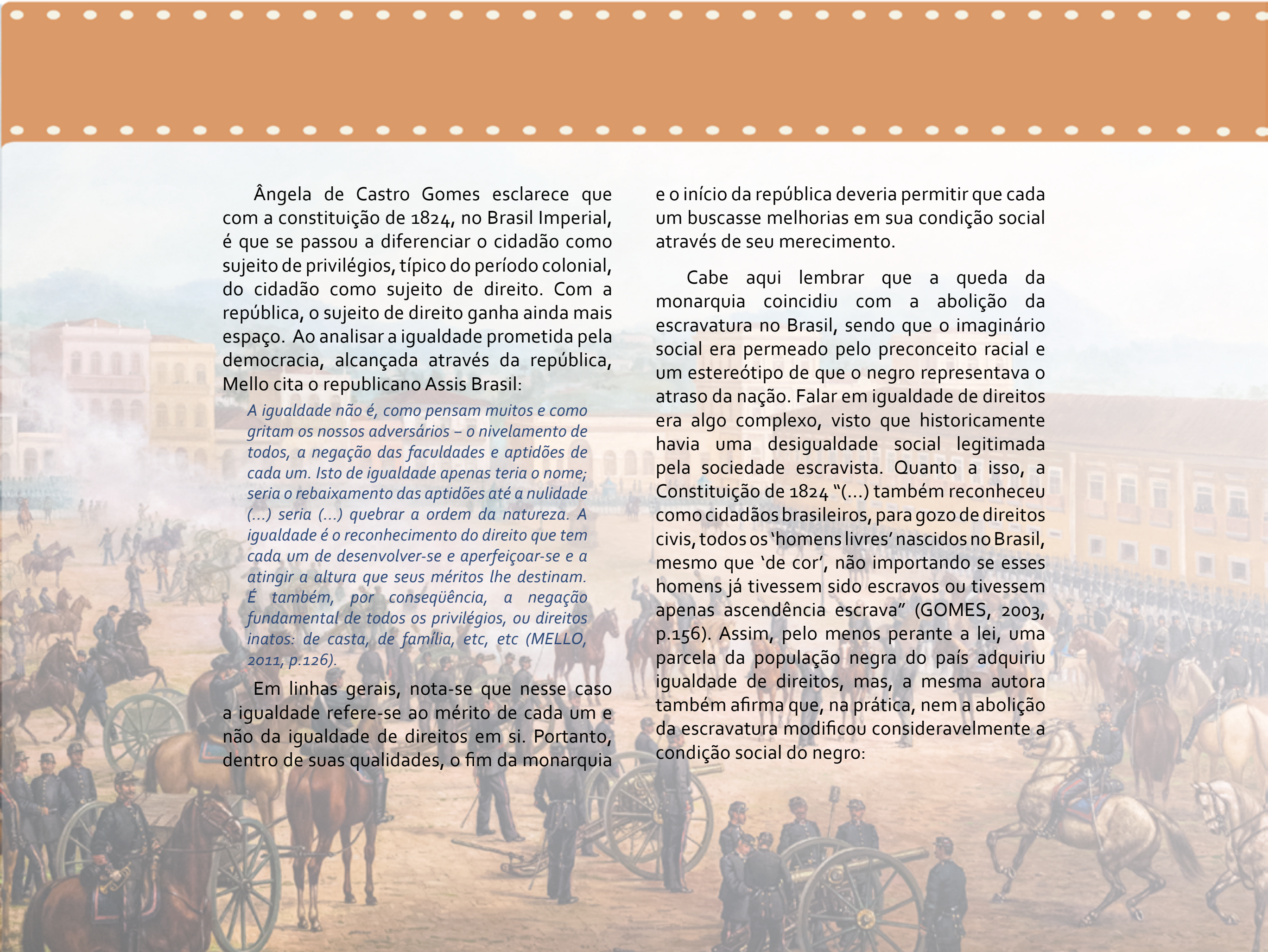
importante saber que a questão de ser ou não uma república federativa intervinha diretamente na autonomia que os estados teriam ou não diante da nação.

O problema do federalismo afetou a discussão sobre o Congresso e a eleição presidencial. No primeiro caso, seguiu-se o modelo bicameral americano considerado indispensável em um sistema federal: o Senado representaria igualmente os estados desiguais. Epitácio Pessoa, deputado pelo pequeno estado da Paraíba e futuro presidente da República, chegou a propor que o número de deputados também fosse igual para todos os estados. No caso da escolha do presidente, o projeto do governo queria que fosse eleito pelas assembleias estaduais. Mas venceu a proposta da eleição direta pelos votantes, um avanço democrático em relação à constituição americana” (CARVALHO, 2011, p. 151).

O modelo de República para o Brasil na Constituinte seguiria o modelo dos Estados Unidos, porém havia diferença quanto à questão dos votantes. A Constituição de 1891, portanto, definiu o Brasil como uma república federativa, governada pelo presidencialismo e

dividindo os poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário. Além disso, o voto passou a ser direito de maiores de 21 anos, exceto para mulheres e analfabetos, bem como para as pessoas pobres.

No que diz respeito às demandas sociais, vale lembrar que apesar do apelo pela democracia e fazendo disso uma das questões em torno da cidadania, temas caros a esses objetivos ficaram ocultos nas discussões sobre a República, tendo enfoque o debate quanto ao campo político e à estrutura de governo. “Pode-se concluir que, de fato, houve redução do leque de temas dentro do campo republicano. Os textos mais importantes concentraram-se em discutir o regime político e a forma de organização do Estado e da composição do corpo político” (CARVALHO, 2011, p. 153). A questão agrária e a escravidão, por exemplo, sendo estes temas fundamentais para se pensar a igualdade na sociedade brasileira da época, foram negligenciados pelos políticos que apresentavam seus pensamentos sobre a República.



Ângela de Castro Gomes esclarece que com a constituição de 1824, no Brasil Imperial, é que se passou a diferenciar o cidadão como sujeito de privilégios, típico do período colonial, do cidadão como sujeito de direito. Com a república, o sujeito de direito ganha ainda mais espaço. Ao analisar a igualdade prometida pela democracia, alcançada através da república, Mello cita o republicano Assis Brasil:

A igualdade não é, como pensam muitos e como gritam os nossos adversários – o nivelamento de todos, a negação das faculdades e aptidões de cada um. Isto de igualdade apenas teria o nome; seria o rebaixamento das aptidões até a nulidade (...) seria (...) quebrar a ordem da natureza. A igualdade é o reconhecimento do direito que tem cada um de desenvolver-se e aperfeiçoar-se e a atingir a altura que seus méritos lhe destinam. É também, por conseqüência, a negação fundamental de todos os privilégios, ou direitos inatos: de casta, de família, etc, etc (MELLO, 2011, p.126).

Em linhas gerais, nota-se que nesse caso a igualdade refere-se ao mérito de cada um e não da igualdade de direitos em si. Portanto, dentro de suas qualidades, o fim da monarquia

e o início da república deveria permitir que cada um buscasse melhorias em sua condição social através de seu merecimento.

Cabe aqui lembrar que a queda da monarquia coincidiu com a abolição da escravatura no Brasil, sendo que o imaginário social era permeado pelo preconceito racial e um estereótipo de que o negro representava o atraso da nação. Falar em igualdade de direitos era algo complexo, visto que historicamente havia uma desigualdade social legitimada pela sociedade escravista. Quanto a isso, a Constituição de 1824 "(...) também reconheceu como cidadãos brasileiros, para gozo de direitos civis, todos os 'homens livres' nascidos no Brasil, mesmo que 'de cor', não importando se esses homens já tivessem sido escravos ou tivessem apenas ascendência escrava" (GOMES, 2003, p.156). Assim, pelo menos perante a lei, uma parcela da população negra do país adquiriu igualdade de direitos, mas, a mesma autora também afirma que, na prática, nem a abolição da escravatura modificou consideravelmente a condição social do negro:

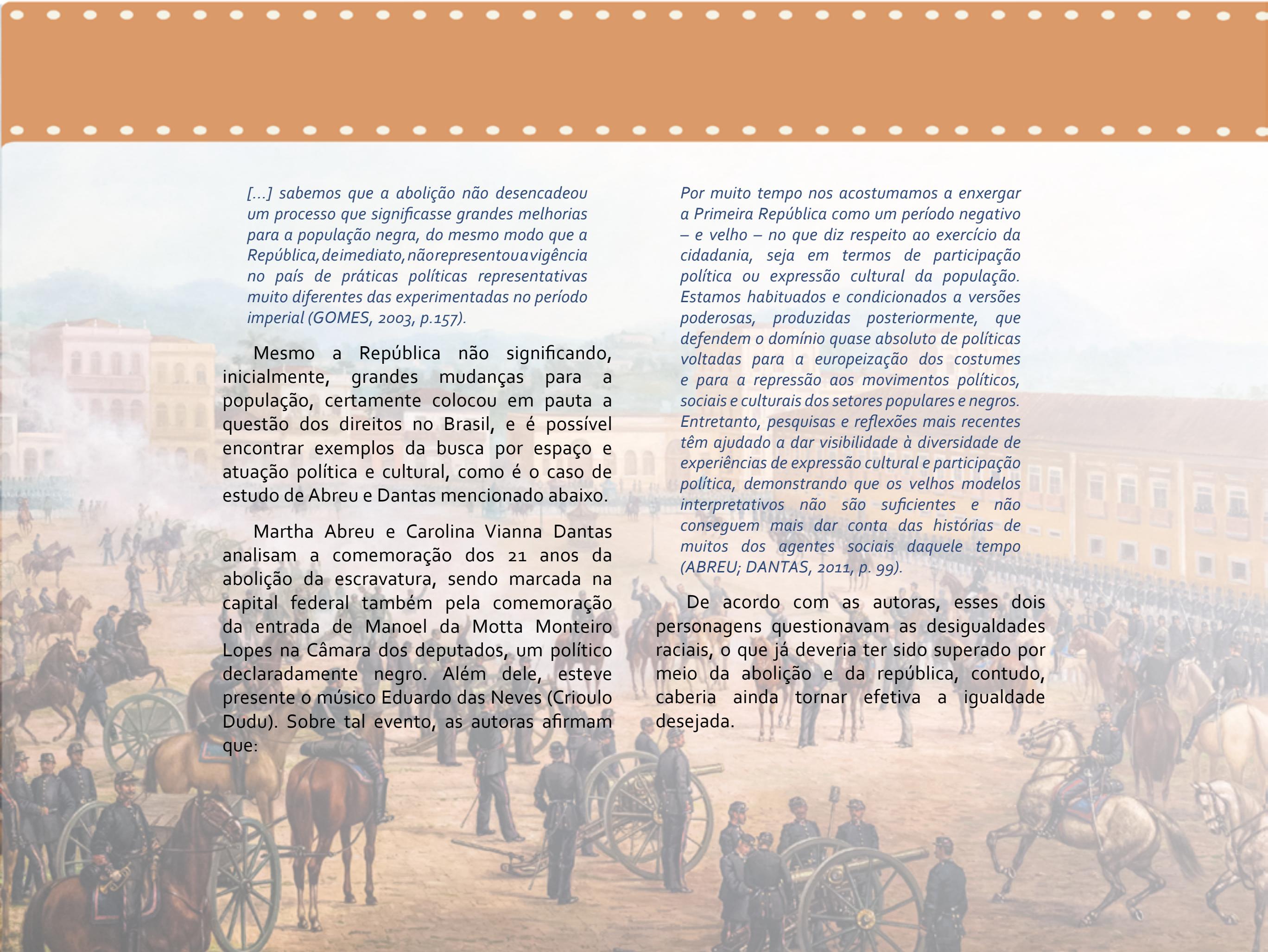
[...] sabemos que a abolição não desencadeou um processo que significasse grandes melhorias para a população negra, do mesmo modo que a República, de imediato, não representou avigência no país de práticas políticas representativas muito diferentes das experimentadas no período imperial (GOMES, 2003, p.157).

Mesmo a República não significando, inicialmente, grandes mudanças para a população, certamente colocou em pauta a questão dos direitos no Brasil, e é possível encontrar exemplos da busca por espaço e atuação política e cultural, como é o caso de estudo de Abreu e Dantas mencionado abaixo.

Martha Abreu e Carolina Vianna Dantas analisam a comemoração dos 21 anos da abolição da escravatura, sendo marcada na capital federal também pela comemoração da entrada de Manoel da Motta Monteiro Lopes na Câmara dos deputados, um político declaradamente negro. Além dele, esteve presente o músico Eduardo das Neves (Crioulo Dudu). Sobre tal evento, as autoras afirmam que:

Por muito tempo nos acostumamos a enxergar a Primeira República como um período negativo – e velho – no que diz respeito ao exercício da cidadania, seja em termos de participação política ou expressão cultural da população. Estamos habituados e condicionados a versões poderosas, produzidas posteriormente, que defendem o domínio quase absoluto de políticas voltadas para a europeização dos costumes e para a repressão aos movimentos políticos, sociais e culturais dos setores populares e negros. Entretanto, pesquisas e reflexões mais recentes têm ajudado a dar visibilidade à diversidade de experiências de expressão cultural e participação política, demonstrando que os velhos modelos interpretativos não são suficientes e não conseguem mais dar conta das histórias de muitos dos agentes sociais daquele tempo (ABREU; DANTAS, 2011, p. 99).

De acordo com as autoras, esses dois personagens questionavam as desigualdades raciais, o que já deveria ter sido superado por meio da abolição e da república, contudo, caberia ainda tornar efetiva a igualdade desejada.



Revoltas do início da República

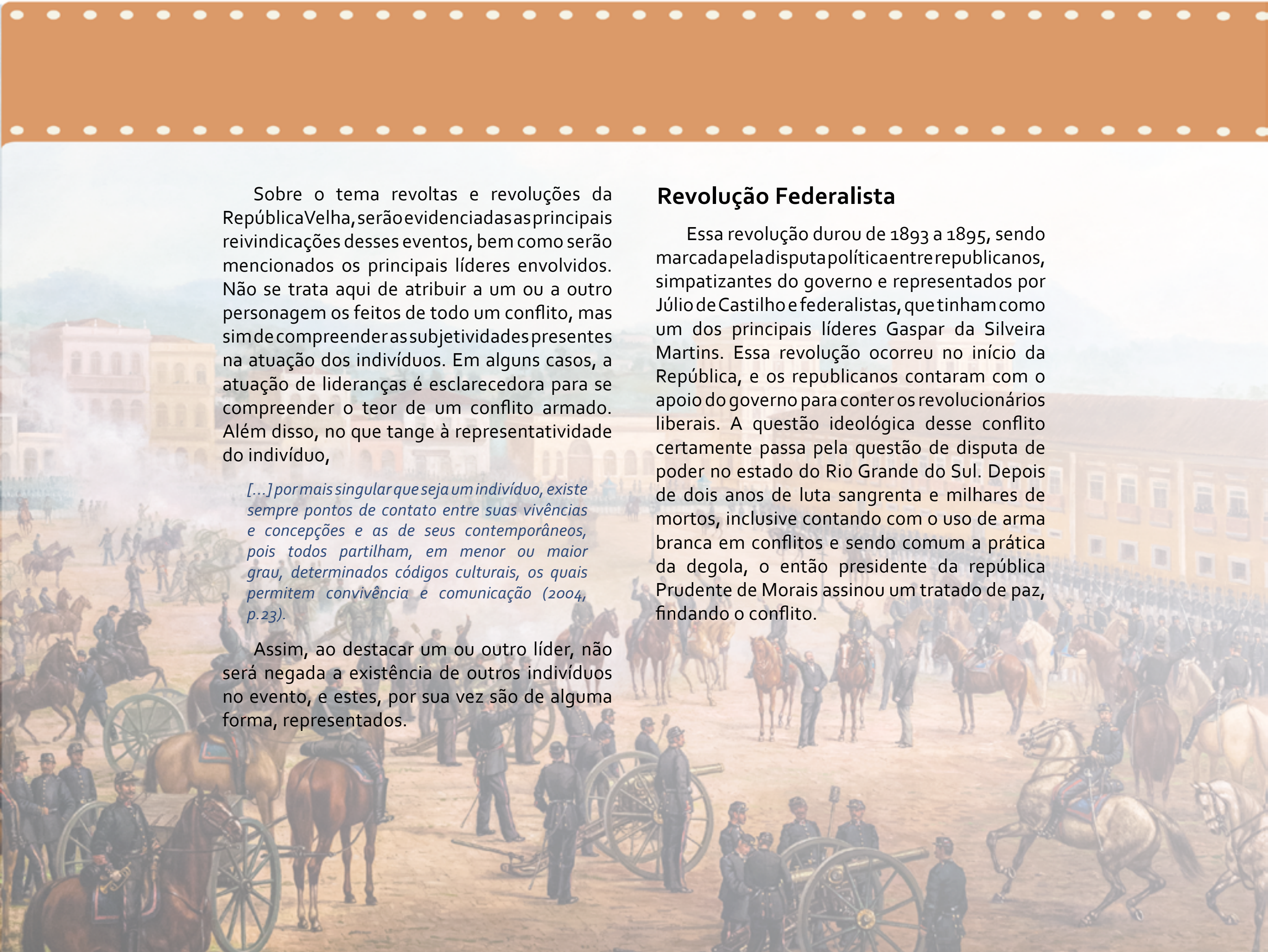
A República estabeleceu-se a partir de um complexo processo de articulações políticas e de disputas entre oligarquias. Nesse processo, especialmente no que tange à participação política da população de um modo geral, seguidamente a luta por fazer valer ideais políticos ou direitos sociais levou a população - ou o exército, como por exemplo no caso do Tenentismo - a pegar em armas. O que se imaginava de uma República estava distante da realidade em seus primeiros anos. Conforme Carvalho,

Os propagandistas idealizaram suas repúblicas. Os dez primeiros anos do regime em nada corresponderam a seus sonhos. Proclamada por militares, a República foi marcada por constante instabilidade, guerras civis, crise financeira, falta de ordem e de progresso. De 1889 a 1897, foram dois presidentes militares e um civil. O primeiro militar foi forçado a renunciar. O segundo enfrentou duas guerras civis, uma no Sul, outra na capital. O civil, Prudente de Moraes, teve um governo perturbado por conflitos com o Partido e com o Congresso, por revoltas militares e

populares, e sofreu uma tentativa de assassinato. Deixou o país à beira da falência financeira (2011, p. 155-156).

Considerando o período da República Velha, destacam-se os seguintes conflitos: Revolta de Canudos (1893-1897), Revolução Federalista (1893-1895), Revolta da Vacina (1904), Revolta da Chibata (1910), Guerra do Contestado (1912-1914) e o Movimento Tenentista, que pode ser localizado em momentos e espaços diferentes, a saber, a Revolta do Forte de Copacabana em 1922, a Revolta Paulista de 1924 e a Coluna Miguel Costa/Prestes de 1924 à 1926. Veremos rapidamente as motivações de cada um desses eventos políticos. Tal recorte objetiva relacionar os conflitos armados com a demanda social da população, sendo os dois primeiros casos movimentos messiânicos, em que Canudos reivindicava a volta da monarquia, o segundo envolveu a luta pela terra e o Movimento Tenentista colocou o exército lutando contra o próprio exército.





Sobre o tema revoltas e revoluções da República Velha, serão evidenciadas as principais reivindicações desses eventos, bem como serão mencionados os principais líderes envolvidos. Não se trata aqui de atribuir a um ou a outro personagem os feitos de todo um conflito, mas sim de compreender as subjetividades presentes na atuação dos indivíduos. Em alguns casos, a atuação de lideranças é esclarecedora para se compreender o teor de um conflito armado. Além disso, no que tange à representatividade do indivíduo,

[...] por mais singular que seja um indivíduo, existe sempre pontos de contato entre suas vivências e concepções e as de seus contemporâneos, pois todos partilham, em menor ou maior grau, determinados códigos culturais, os quais permitem convivência e comunicação (2004, p.23).

Assim, ao destacar um ou outro líder, não será negada a existência de outros indivíduos no evento, e estes, por sua vez são de alguma forma, representados.

Revolução Federalista

Essa revolução durou de 1893 a 1895, sendo marcada pela disputa política entre republicanos, simpatizantes do governo e representados por Júlio de Castilho e federalistas, que tinham como um dos principais líderes Gaspar da Silveira Martins. Essa revolução ocorreu no início da República, e os republicanos contaram com o apoio do governo para conter os revolucionários liberais. A questão ideológica desse conflito certamente passa pela questão de disputa de poder no estado do Rio Grande do Sul. Depois de dois anos de luta sangrenta e milhares de mortos, inclusive contando com o uso de arma branca em conflitos e sendo comum a prática da degola, o então presidente da república Prudente de Moraes assinou um tratado de paz, findando o conflito.

Revolta da Vacina (1904):

A Revolta da Vacina tem esse nome por uma causa simples, o estopim da revolta na cidade de Rio de Janeiro ocorreu devido à obrigatoriedade de vacinação contra a varíola. A cidade enfrentava epidemias agravadas pela falta de saneamento, e acrescido a isso, não se observava grandes transformações a partir das promessas de igualdade de direitos e justiça social com a República. O que se via, sim, no caso do Rio de Janeiro, era a derrubada dos cortiços, o que exemplifica o projeto de modernização que estava sendo implementado na cidade. Aproveitando o descontentamento da população, a oposição ao governo passou a questionar não a vacinação em si, mas sua obrigatoriedade e forma de aplicação que “desrespeitava o corpo”, isso de acordo com os padrões da época, visto que a vacina seria aplicada no braço ou na coxa. Com frequentes manifestações populares, apesar da intervenção militar para conter os focos de protestos, a Revolta da Vacina acabou com a revogação da obrigatoriedade da vacinação.

Para pensar...

“Nunca se contaram os mortos da Revolta da Vacina. Nem seria possível, pois muitos, como veremos, foram morrer bem longe do palco dos acontecimentos. Seriam inúmeros, centenas, milhares, mas é impossível avaliar quantos. Os massacres em geral não manifestam rigor pela precisão. Sabe-se quantos morreram em Canudos, no Contestado ou na Revolução Federalista – para só ficarmos nas grandes chacinas da Primeira República? A matança coletiva dirige-se, via de regra, contra um objeto unificado por algum padrão abstrato, que retira a humanidade das vítimas: uma seita, uma comunidade peculiar, uma facção política, uma cultura, uma etnia. Personificando nesse grupo assim circunscrito todo o mal e toda a ameaça à ordem das coisas, os executores se representam a si mesmos como heróis redentores, cuja energia implacável esconjura a ameaça que pesa sobre o mundo. O preço a ser pago pela sua bravura é o peso do seu predomínio. A cor das bandeiras dos heróis é a mais variada, só o tom do sangue de suas vítimas permanece o mesmo ao longo da história” (SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.)

Revolta da Chibata (1910):

Essa foi uma revolta de marinheiros de baixa patente contra os castigos físicos aplicados na Marinha de Guerra do Brasil, daí o nome Revolta da Chibata. Outros descontentamentos compuseram essa revolta, como a questão dos salários e das longas jornadas de trabalho. Liderados por João Cândido, filho de escravos, ficou conhecido como almirante negro. Os marinheiros conseguiram que o governo proibisse os castigos físicos.

A imprensa acompanhou a revolta, até porque os encouraçados São Paulo e Minas Gerais ameaçavam outros navios e parte da cidade do Rio de Janeiro, o que provocou uma reação rápida por parte do governo. Pode-se apreender sobre João Cândido que "Entre 23 e 26 ele tivera seu momento de glória. Aparecera na imprensa da capital, do país e até mesmo do exterior como líder da revolta dos marinheiros. Colocara o governo contra a parede, arrancando uma anistia arrancada a toque de caixa pelo Congresso" (CARVALHO, 2005, p. 72).

O acordo de anistiar os participantes da revolta não foi cumprido pelo governo, que puniu especialmente os líderes, como João Cândido, que foram isolados numa prisão na Ilha das Cobras. Para justificar tal prisão foi usado o episódio do dia 09 de dezembro, em que o Batalhão Naval se revoltou, mas João Cândido, dessa vez, havia ficado do lado do governo.

Música "O Mestre-Sala dos Mares"

A letra da música "O Mestre-Sala dos Mares" foi censurada na Ditadura Militar, sendo substituídos os seguintes versos: " Na figura de um bravo feiticeiro" por "Na figura de um bravo marinheiro "; " Conhecido como navegante negro " por " Conhecido como almirante negro"; " Jorravam das costas dos santos" por " Jorravam das costas dos negros"; "Que a exemplo do feiticeiro gritava, então: "por" Que a exemplo do marinheiro gritava, então: "Que a exemplo do marinheiro gritava, então: "; "Salve o navegante negro" por " Salve o almirante negro".

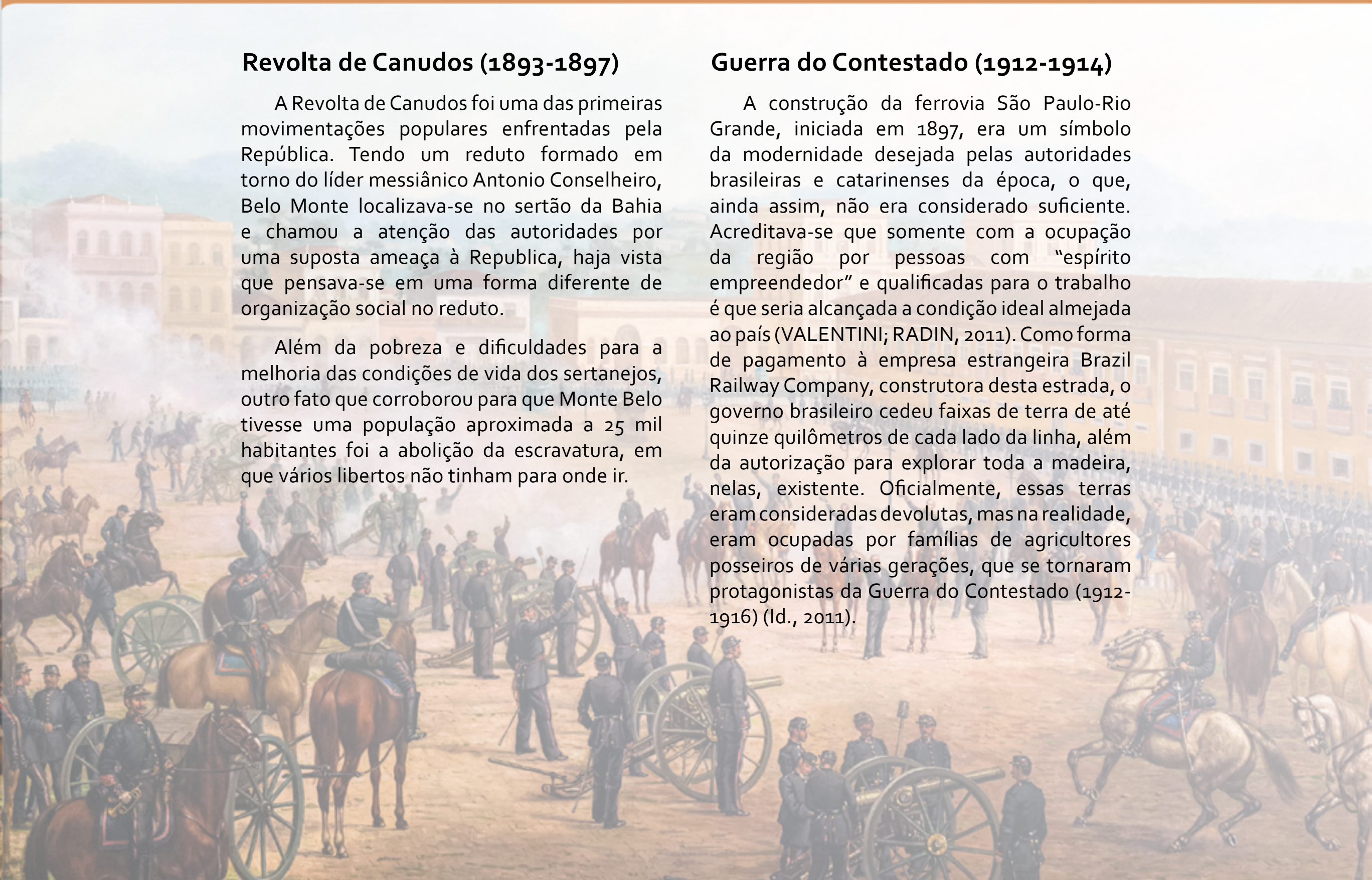
Revolta de Canudos (1893-1897)


A Revolta de Canudos foi uma das primeiras movimentações populares enfrentadas pela República. Tendo um reduto formado em torno do líder messiânico Antonio Conselheiro, Belo Monte localizava-se no sertão da Bahia e chamou a atenção das autoridades por uma suposta ameaça à República, haja vista que pensava-se em uma forma diferente de organização social no reduto.

Além da pobreza e dificuldades para a melhoria das condições de vida dos sertanejos, outro fato que corroborou para que Monte Belo tivesse uma população aproximada a 25 mil habitantes foi a abolição da escravatura, em que vários libertos não tinham para onde ir.

Guerra do Contestado (1912-1914)

A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, iniciada em 1897, era um símbolo da modernidade desejada pelas autoridades brasileiras e catarinenses da época, o que, ainda assim, não era considerado suficiente. Acreditava-se que somente com a ocupação da região por pessoas com “espírito empreendedor” e qualificadas para o trabalho é que seria alcançada a condição ideal almejada ao país (VALENTINI; RADIN, 2011). Como forma de pagamento à empresa estrangeira Brazil Railway Company, construtora desta estrada, o governo brasileiro cedeu faixas de terra de até quinze quilômetros de cada lado da linha, além da autorização para explorar toda a madeira, nelas, existente. Oficialmente, essas terras eram consideradas devolutas, mas na realidade, eram ocupadas por famílias de agricultores posseiros de várias gerações, que se tornaram protagonistas da Guerra do Contestado (1912-1916) (Id., 2011).





Nesta Guerra, a luta travada foi desigual, pois de um lado, estava a empresa construtora da estrada de ferro, com polícia particular - que tinha em mente o valor imobiliário da terra - e o Exército brasileiro. Do outro, estavam os posseiros, em sua maioria de origem cabocla, possuidores de terras não documentadas e com valores contraditórios aos de mercantilização (VALENTINI, RADIN, 2011). Estes posseiros se juntaram com as inúmeras pessoas demitidas pela Brazil Railway Company e começaram a lutar pelas terras que consideravam suas de direito (WERLANG, 1992).

Havia também interesse, por parte das empresas colonizadoras, na apropriação das terras devolutas, uma vez que a fronteira agrícola estava em expansão (MACHADO, 2012). Estes são alguns fatores que desencadearam a Guerra do Contestado, um dos maiores conflitos sociais da história do Brasil, que atingiu a extensão de 22.000 km² compreendendo as regiões do planalto e oeste de Santa Catarina e planalto do Paraná, e uma população de mais de 150 mil habitantes (MACHADO, 2011). Após

o início da Guerra, as pessoas eram atraídas para diferentes redutos chamados de "cidades santas", por diversas razões e em diferentes fases do conflito.

Em 1916, após quatro anos de confronto, a Guerra do Contestado terminou com milhares de pessoas mortas e sem ter sido solucionada a questão básica de ocupação da terra por um número expressivo de famílias de origem cabocla. Por outro lado, o caminho ficou livre para a Brazil Railway Company continuar os seus negócios, com destaque para a intervenção terceirizada de diversas empresas de colonização.

Revoltas Tenentistas

Sobre as Revoltas Tenentistas, indico a leitura abaixo de um fragmento de minha dissertação, consistindo em um resumo sobre as revoltas. Observem também a sugestão de leitura no quadro explicativo .

A atuação de militares na política acompanha boa parte da história do Brasil. Um momento emblemático dessa atuação ocorre na passagem do regime monárquico para o republicano, instituído com a intervenção do Exército. Nos anos que se seguiram a esse evento, os militares continuaram tendo participação significativa na política nacional. Inicialmente, essa presença no cenário político republicano apresentou-se na **república da espada**, período compreendido entre os anos de 1889 a 1894 em que o Marechal Deodoro da Fonseca assumiu como primeiro presidente do Brasil e foi sucedido pelo Marechal Floriano Peixoto. Em decorrência do domínio oligárquico de políticos ligados ao setor agrário de Minas Gerais e São Paulo, na década de 1920 uma parcela do Exército articulou ações contra

A denominação
“república da espada”
faz alusão ao fato de os
primeiros presidentes
serem militares

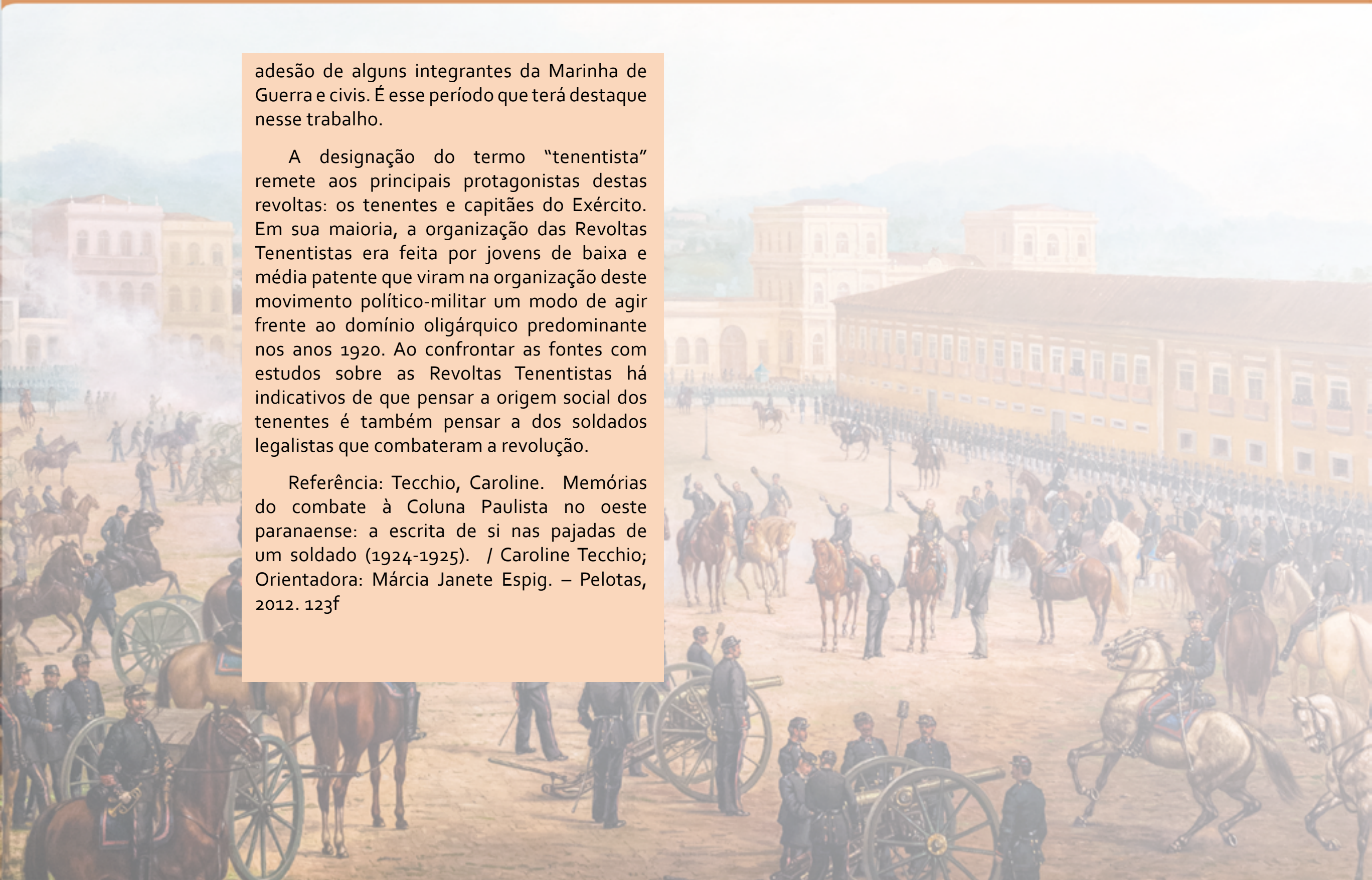
o poder instituído através de manifestações armadas que compuseram as Revoltas Tenentistas. “O grande mal a ser combatido eram as oligarquias, já que segundo os tenentes, elas haviam transformado o país em ‘*vinte feudos*’ cujos senhores eram escolhidos pela política dominante” (FERREIRA, 2006, p.12. Grifos da autora).

Com a crise política da Primeira República, acontece um conjunto de ações envolvendo o Exército com implicações na política brasileira na primeira metade do século XX. Essas ações podem ser divididas em três fases: de 1922 a 1930, quando a oposição é constituída dentro do Exército; outubro de 1930, quando Getúlio Vargas chega ao poder apoiado pelos tenentes e o governo provisório em que militares assumem cargos no poder; a partir de 1932 quando o grupo de tenentes se fragmenta e perde a coesão política, (COELHO, 2000, p.103-104). De um modo geral, as Revoltas Tenentistas reivindicavam mudanças na política brasileira da época. O período entre 1922 a 1930 é marcado por lutas armadas que contaram com a participação de oficiais do Exército, tendo a

adesão de alguns integrantes da Marinha de Guerra e civis. É esse período que terá destaque nesse trabalho.

A designação do termo “tenentista” remete aos principais protagonistas destas revoltas: os tenentes e capitães do Exército. Em sua maioria, a organização das Revoltas Tenentistas era feita por jovens de baixa e média patente que viram na organização deste movimento político-militar um modo de agir frente ao domínio oligárquico predominante nos anos 1920. Ao confrontar as fontes com estudos sobre as Revoltas Tenentistas há indicativos de que pensar a origem social dos tenentes é também pensar a dos soldados legalistas que combateram a revolução.

Referência: Tecchio, Caroline. Memórias do combate à Coluna Paulista no oeste paranaense: a escrita de si nas pajadas de um soldado (1924-1925). / Caroline Tecchio; Orientadora: Márcia Janete Espig. – Pelotas, 2012. 123f



Referências

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. É chegada “a ocasião da negrada bumbar”: comemorações da abolição, música e política na Primeira República. *Varia hist.*, Belo Horizonte , v. 27, n. 45, p. 97-120, jun. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-87752011000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/So104-87752011000100005>.

SCHMIDT, Benito Bisso. Em busca terra da promessa: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004A.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. *Varia hist.*, Belo Horizonte , v. 27, n. 45, p. 141-157, jun. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-87752011000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/So104-87752011000100007>.

_____. João Candido's embroideries. *História, Ciências e Saúde. Manguinbos*, II (2), 68-84. Jul.-Out. 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v2n2/a05v2n2.pdf>. acessos em 02 de maio de 2015.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro , v. 42, n. 5, p. 829-874, out. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So034-76122008000500003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/So034-76122008000500003>.

FLORES, Elio Chaves. Representações cômicas da República no contexto do Getulismo. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo , v. 21, n. 40, p. 133-156, 2001 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-01882001000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/So102-01882001000100007>

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim: “pensador da história” na Primeira República. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo , v. 23, n. 45, p. 129-154, jul. 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-01882003000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/So102-01882003000100006>.

GOMES, Ângela de Castro. Rebeldes literários: intelectuais e nacionalismo na Primeira República. *Tempo*, Niterói , v. 11, n. 22, p. 153-156, 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000100009>.

JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 471-509, dez. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-93132012000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2015. <http://>

dx.doi.org/10.1590/So104-93132012000300003.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A república e o sonho. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 121-139, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-87752011000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/So104-87752011000100006>.

NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. A Primeira República muito além do café com leite. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 197-201, jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2013000100197&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X014026017>.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washigton (1905-1910). *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 48, n. 2, p. 111-128, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So034-73292005000200006&lng=pt&nrm=i>. acessos em 05 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/So034-73292005000200006>.

PRIORI, A., et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX* [online]. Maringá: Eduem, 2012. A Revolução Federalista e o cerco da Lapa. pp. 23-33. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books.

SCHWARCZ, Lilia. Moderna República velha: um outro ano de 1922. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 55, p. 59-88, set. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So020-38742012000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/So020-38742012000200005>.

Tecchio, Caroline *Memórias do combate à Coluna Paulista no oeste paranaense: a escrita de si nas pajadas de um soldado (1924-1925)*. / Caroline Tecchio; Orientadora: Márcia Janete Espig. – Pelotas, 2012. 123f

